ReGeo ISSN: 2177-3246

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES IN THE EARLY AND FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION: AN ANALYSIS OF PRACTICES DEVELOPED IN MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOMS

LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA EN LOS AÑOS INICIALES Y FINALES DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA: ANÁLISIS DE LAS PRÁCTICAS DESARROLLADAS EN LAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONALES

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-196

Data de submissão: 30/06/2026 **Data de publicação:** 31/07/2026

Ligia Hiroko Akamine Ferreira
Especialista em Educação Especial
Instituição: Prefeitura Municipal de São Paulo
E-mail: ligia.hiroko@sme.prefeitura.sp.gov.br

Simone Gomes Ghedini
Doutora em Ciências Biológicas
Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)
E-mail: simone.ghedini@unesp.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9101982284432313
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1280-1377

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço fundamental para a promoção da participação, da aprendizagem e da permanência dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Este estudo teve como objetivo observar, analisar e comparar as práticas desenvolvidas por professoras do AEE em uma Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de São Paulo, considerando os atendimentos oferecidos aos estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada por meio da observação de oito atendimentos, sendo quatro no período da manhã e quatro no período da tarde. Os dados foram registrados em diário de observação e organizados em quadros e sínteses descritivas, contemplando a organização dos grupos, a frequência dos estudantes, as necessidades educacionais identificadas, os recursos pedagógicos utilizados, as estratégias docentes e as ações colaborativas desenvolvidas junto às salas comuns. Os resultados evidenciaram que, embora os atendimentos apresentassem princípios organizacionais semelhantes, as demandas pedagógicas e as estratégias adotadas variam conforme a etapa de escolarização. Nos anos iniciais, predominaram atividades voltadas à alfabetização, ao numeramento, à comunicação e às interações sociais. Nos anos finais, destacaram-se ações relacionadas à consolidação da leitura e da escrita, à oralidade, à autonomia e às relações interpessoais. O trabalho colaborativo entre as professoras do AEE e os docentes do ensino comum mostrou-se essencial para a identificação de barreiras e para a elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis. Entretanto, foram identificados desafios relacionados à frequência dos estudantes, à disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos e à compreensão das atribuições do AEE pelos profissionais da escola. Conclui-se que a Sala de Recursos Multifuncionais desempenha papel estratégico na promoção

da inclusão escolar, especialmente quando suas ações são articuladas ao ensino comum e orientadas pelas necessidades específicas dos estudantes.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncionais. Educação Inclusiva. Trabalho Colaborativo. Ensino Fundamental.

ABSTRACT
Specialized Educational Services (SES) constitute a fundamental service for promoting the participation, learning, and permanence of students eligible for Special Education services in regular education classrooms. This study aimed to observe, analyze, and compare the practices developed by SES teachers in a Multifunctional Resource Room of a Municipal Elementary School in the city of São Paulo, considering the services provided to students in the early and final years of Elementary Education. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study conducted through the observation of eight service sessions, four in the morning and four in the afternoon. Data were recorded in observation journals and organized into tables and descriptive summaries, including group organization, student attendance, identified educational needs, pedagogical resources used, teaching strategies, and collaborative actions developed with regular classrooms. The results showed that, although the services presented similar organizational principles, pedagogical demands and strategies varied according to the educational stage. In the early years, activities focused mainly on literacy development, numeracy, communication, and social interactions. In the final years, emphasis was placed on the consolidation of reading and writing skills, oral expression, autonomy, and interpersonal relationships. Collaborative work between SES teachers and regular education teachers proved essential for identifying barriers and developing accessible pedagogical strategies. However, challenges were identified regarding student attendance, availability of material and technological resources, and school professionals' understanding of the role and responsibilities of SES. It is concluded that Multifunctional Resource Rooms play a strategic role in promoting school inclusion, especially when their actions are integrated with regular education and guided by students' specific needs.

Keywords: Specialized Educational Services. Multifunctional Resource Room. Inclusive Education. Collaborative Work. Elementary Education.

RESUMEN
La Atención Educativa Especializada (AEE) constituye un servicio fundamental para promover la participación, el aprendizaje y la permanencia de los estudiantes elegibles para los servicios de Educación Especial en las aulas comunes de la enseñanza regular. Este estudio tuvo como objetivo observar, analizar y comparar las prácticas desarrolladas por profesoras de la AEE en una Sala de Recursos Multifuncionales de una Escuela Municipal de Educación Primaria del municipio de São Paulo, considerando los servicios ofrecidos a los estudiantes de los años iniciales y finales de la Educación Primaria. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo y exploratorio, realizada mediante la observación de ocho atenciones, cuatro en el período de la mañana y cuatro en el período de la tarde. Los datos fueron registrados en un diario de observación y organizados en cuadros y síntesis descriptivas, contemplando la organización de los grupos, la frecuencia de los estudiantes, las necesidades educativas identificadas, los recursos pedagógicos utilizados, las estrategias docentes y las acciones colaborativas desarrolladas junto a las aulas comunes. Los resultados evidenciaron que, aunque las atenciones presentaban principios organizativos similares, las demandas pedagógicas y las estrategias adoptadas variaban según la etapa educativa. En los años iniciales predominaron actividades dirigidas a la alfabetización, la numeración, la comunicación y las interacciones sociales. En los años finales se destacaron acciones relacionadas con la consolidación de

la lectura y la escritura, la expresión oral, la autonomía y las relaciones interpersonales. El trabajo colaborativo entre las profesoras de la AEE y los docentes de la enseñanza común se mostró esencial para la identificación de barreras y la elaboración de estrategias pedagógicas accesibles. Sin embargo, se identificaron desafíos relacionados con la asistencia de los estudiantes, la disponibilidad de recursos materiales y tecnológicos y la comprensión de las atribuciones de la AEE por parte de los profesionales de la escuela. Se concluye que la Sala de Recursos Multifuncionales desempeña un papel estratégico en la promoción de la inclusión escolar, especialmente cuando sus acciones están articuladas con la enseñanza común y orientadas por las necesidades específicas de los estudiantes.

Palabras clave: Atención Educativa Especializada. Sala de Recursos Multifuncionales. Educación Inclusiva. Trabajo Colaborativo. Educación Primaria.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular constitui uma das transformações mais significativas da educação brasileira nas últimas décadas. Como resultado dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação, verifica-se um crescimento contínuo das matrículas de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, o que tem demandado dos sistemas de ensino a implementação de estratégias capazes de promover não apenas o acesso, mas também a participação, a aprendizagem e a permanência desses educandos em contextos educacionais inclusivos (BRASIL, 2025; CORREIA; BAPTISTA, 2018).

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço da Educação Especial destinado aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, tendo como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (BRASIL, 2025), o AEE integra o processo educacional e deve ser ofertado de forma complementar ou suplementar à escolarização, ocorrendo preferencialmente no contraturno escolar ou de maneira articulada às atividades desenvolvidas na sala de aula comum, em uma perspectiva colaborativa voltada à eliminação das barreiras que limitam o acesso ao currículo e à plena participação dos alunos no contexto escolar.

Entre os espaços destinados à oferta do Atendimento Educacional Especializado, destacam-se as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), concebidas como ambientes dotados de recursos pedagógicos, materiais de acessibilidade e tecnologias assistivas voltados ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2006). Estudos recentes têm demonstrado que a efetividade desse atendimento não depende exclusivamente da existência da sala ou dos recursos disponíveis, mas da articulação entre o professor do AEE, os docentes da sala comum, a equipe gestora e as famílias, em uma perspectiva de trabalho colaborativo e construção de currículos acessíveis (CHIARADIA; CARON, 2020; HAAS; BEZERRA, 2023; VALE, 2023).

Embora os avanços normativos tenham ampliado a oferta do AEE e fortalecido os princípios da educação inclusiva, pesquisas evidenciam que ainda persistem desafios relacionados à efetivação dessas políticas nos contextos escolares. Entre as dificuldades mais frequentemente apontadas estão a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, a insuficiência de recursos materiais e tecnológicos nas Salas de Recursos Multifuncionais, as fragilidades na articulação entre professores do ensino comum e do AEE, bem como questões relacionadas à frequência e à permanência dos estudantes nos atendimentos especializados (LOCKMANN; HATTGE, 2022; SILVA, 2022;

HAAS; BEZERRA, 2023; VALE, 2023). Tais aspectos revelam a importância de compreender como o atendimento vem sendo desenvolvido nas diferentes etapas da escolarização, considerando as especificidades dos educandos e dos contextos institucionais em que estão inseridos.

Partindo dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo observar, analisar e comparar a prática docente desenvolvida por professoras do Atendimento Educacional Especializado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de São Paulo, buscando identificar as características dos atendimentos realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais junto a estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A consolidação da educação inclusiva como princípio orientador dos sistemas educacionais brasileiros têm impulsionado a ampliação de políticas públicas destinadas à garantia do acesso, da participação, da permanência e da aprendizagem dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado configura-se como um serviço da Educação Especial destinado à identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para a eliminação das barreiras presentes no processo educacional e para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes (BRASIL, 2025).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (BRASIL, 2025), o AEE integra o processo educacional e deve ser ofertado de forma complementar ou suplementar à escolarização, não substituindo as atividades desenvolvidas na sala comum. Sua finalidade consiste em promover condições que favoreçam a participação efetiva dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial em todas as dimensões da vida escolar, por meio da articulação entre recursos, estratégias pedagógicas, acessibilidade e apoio especializado.

As diretrizes operacionais para a oferta do Atendimento Educacional Especializado também são estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que atribui ao professor especializado a responsabilidade pela identificação das necessidades educacionais dos estudantes, elaboração de recursos pedagógicos e de acessibilidade, acompanhamento da funcionalidade desses recursos nos diferentes espaços escolares e articulação com os professores do ensino comum e com as famílias. O AEE ultrapassa a dimensão do atendimento individualizado, assumindo papel estratégico na construção de práticas pedagógicas inclusivas em toda a escola.

Para Borges (2020), o Atendimento Educacional Especializado deve ser compreendido como uma ação pedagógica que favorece a inclusão escolar ao possibilitar a identificação e a superação de

barreiras que limitam a aprendizagem e a participação dos alunos. Da mesma forma, estudos ressaltam que a efetividade do AEE está diretamente relacionada à sua capacidade de articular diferentes profissionais, recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade em favor da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nessa perspectiva, o AEE constitui um elemento fundamental para a construção de sistemas educacionais inclusivos, contribuindo para a eliminação de barreiras e para a garantia do direito à educação em condições de equidade (ROCHA et al., 2022; GOMES, 2024).

2.2 SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E ACESSIBILIDADE CURRICULAR

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) constituem um dos principais espaços de oferta do Atendimento Educacional Especializado no contexto da educação inclusiva. Instituídas pelo Ministério da Educação como ambientes dotados de recursos pedagógicos, materiais de acessibilidade e tecnologias assistivas, as SRM têm como finalidade apoiar a escolarização dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, promovendo condições para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento nos diferentes níveis e etapas de ensino (BRASIL, 2006).

Tradicionalmente associadas ao atendimento individualizado dos educandos, as Salas de Recursos Multifuncionais assumem, na perspectiva atual da educação inclusiva, uma função mais ampla, relacionada à identificação e à eliminação de barreiras à aprendizagem, à promoção da acessibilidade curricular e ao apoio às práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. Nessa perspectiva, o AEE não se restringe ao espaço físico da sala de recursos, mas articula recursos, estratégias e orientações que favorecem a participação nas atividades desenvolvidas na sala comum (BORGES, 2020; SILVA, 2022).

A literatura destaca que a efetividade das SRM está diretamente relacionada à articulação entre os profissionais envolvidos no processo educacional e à construção de práticas colaborativas que permitam a adequação das estratégias pedagógicas às necessidades específicas dos alunos. Vale (2023) ressalta que as potencialidades das SRM estão associadas não apenas à disponibilidade de equipamentos e materiais especializados, mas também à capacidade de promover ações integradas entre professores do AEE, docentes da sala comum, equipe gestora e famílias.

No contexto do Estado de São Paulo, a Resolução SEDUC nº 129, de 30 de setembro de 2025, atualizou a regulamentação da Política de Educação Especial e reforçou a organização dos serviços destinados aos estudantes elegíveis à Educação Especial. Entre os avanços introduzidos pela normativa destacam-se a adoção do Estudo de Caso como instrumento para identificação das necessidades educacionais dos estudantes, a implementação do Plano de Atendimento Educacional Especializado

(PAEE) e a utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta complementar para o acompanhamento pedagógico e a definição de estratégias voltadas à participação e à aprendizagem dos estudantes. A resolução também enfatiza a corresponsabilidade entre professores especializados, docentes do ensino comum, equipes gestoras e famílias na construção de percursos educacionais acessíveis e inclusivos.

Nesse sentido, as Salas de Recursos Multifuncionais deixam de ser compreendidas apenas como espaços de atendimento especializado para assumirem um papel estratégico na promoção da acessibilidade curricular e na articulação dos apoios necessários à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua atuação passa a integrar um conjunto mais amplo de ações voltadas à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais, favorecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos e equitativos.

2.3 TRABALHO COLABORATIVO E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INCLUSIVAS

A efetivação da educação inclusiva exige mais do que a garantia de matrícula dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns. Para que a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes sejam assegurados, torna-se necessária a construção de práticas pedagógicas articuladas entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educacional. Nesse contexto, o trabalho colaborativo tem sido apontado como um dos principais fundamentos para a implementação de ações inclusivas nas escolas, favorecendo a identificação de barreiras, a elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis e o acompanhamento das necessidades educacionais dos estudantes (HAAS; BEZERRA, 2023).

O trabalho colaborativo pressupõe a atuação conjunta entre professores do ensino comum, professores do Atendimento Educacional Especializado, equipe gestora, famílias e demais profissionais que participam do processo educativo. O professor do AEE não assume isoladamente a responsabilidade pela escolarização dos estudantes da Educação Especial, mas atua como articulador de recursos, estratégias e orientações que contribuam para a construção de práticas pedagógicas inclusivas em toda a escola (BRAGA; PRADO, 2022).

Chiaradia e Caron (2020) destacam que a articulação entre escola, família e Atendimento Educacional Especializado constitui um elemento fundamental para a compreensão das potencialidades, necessidades e contextos vivenciados pelos estudantes. Segundo as autoras, a construção de propostas pedagógicas efetivas depende do compartilhamento de informações e da definição de objetivos comuns entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional.

Apesar dos avanços observados nas políticas públicas voltadas à educação inclusiva, pesquisas apontam desafios persistentes para a consolidação do trabalho colaborativo nas escolas. Entre elas destacam-se as dificuldades de comunicação e planejamento conjunto entre os profissionais, a insuficiência de recursos materiais e tecnológicos, a necessidade de formação continuada voltada às práticas inclusivas e a permanência de concepções que atribuem ao professor do AEE a responsabilidade exclusiva pelo atendimento dos estudantes da Educação Especial (LOCKMANN; HATTGE, 2022; SILVA, 2022).

Ao analisar a acessibilidade curricular em contextos educacionais inclusivos, Haas e Bezerra (2023) ressaltam que a colaboração entre os profissionais da educação representa condição essencial para a superação das barreiras à aprendizagem e à participação. Segundo os autores, a construção de currículos acessíveis depende de processos contínuos de diálogo, planejamento compartilhado e corresponsabilização entre os diferentes sujeitos envolvidos na escolarização dos estudantes.

A efetivação das políticas de educação inclusiva demanda não apenas a existência de serviços especializados, mas também o fortalecimento de redes de apoio e colaboração que possibilitem a construção de ambientes escolares mais acessíveis, equitativos e comprometidos com o desenvolvimento de todos os estudantes.

3 OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo observar, analisar e comparar as práticas desenvolvidas por professoras do Atendimento Educacional Especializado em uma Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de São Paulo, buscando compreender as características dos atendimentos realizados junto aos estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental. Além disso, procurou-se identificar as principais demandas pedagógicas apresentadas pelos estudantes, as estratégias adotadas pelas docentes e os desafios relacionados à organização do Atendimento Educacional Especializado no contexto da educação inclusiva.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de São Paulo, SP. A investigação teve como foco a observação das práticas desenvolvidas no âmbito do Atendimento Educacional Especializado, buscando compreender a organização do atendimento oferecido aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Participaram da pesquisa duas professoras responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado na unidade escolar, ambas atuando nos atendimentos realizados na Sala de Recursos Multifuncionais e nas ações desenvolvidas de forma colaborativa junto às salas comuns. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um diário de observação elaborado para o registro sistemático das características dos atendimentos, contemplando aspectos relacionados à organização dos grupos, frequência dos estudantes, recursos pedagógicos utilizados, necessidades curriculares identificadas, formas de avaliação, estratégias de trabalho colaborativo e principais desafios encontrados no cotidiano escolar.

As observações ocorreram ao longo de oito atendimentos, sendo quatro realizados no período da manhã e quatro no período da tarde, abrangendo os grupos atendidos nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental. Os registros produzidos foram posteriormente organizados e analisados de forma descritiva, permitindo a comparação entre as práticas desenvolvidas nos dois segmentos escolares e a identificação de aspectos convergentes e divergentes relacionados à organização do Atendimento Educacional Especializado e ao funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais.

Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes e da instituição escolar, todas as informações foram apresentadas de forma anônima, sendo utilizados apenas dados necessários à análise proposta.

Além dos registros descritivos produzidos durante as observações, foram sistematizadas informações referentes ao número de estudantes atendidos, organização dos grupos, frequência aos atendimentos, distribuição dos diagnósticos, tempo de acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado, recursos pedagógicos utilizados e características das ações colaborativas desenvolvidas pelas professoras participantes. Esses dados foram organizados em quadros e sínteses descritivas, com o objetivo de complementar a análise qualitativa e favorecer a comparação entre os atendimentos realizados nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As observações realizadas permitiram identificar aspectos relacionados à organização do Atendimento Educacional Especializado desenvolvido junto aos estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental. Em ambos os segmentos, os participantes eram atendidos semanalmente em dois momentos distintos: no contraturno escolar, por meio das atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, e em ações realizadas de forma colaborativa junto

às salas comuns. Essa organização está em consonância com as diretrizes do Atendimento Educacional Especializado, que preveem a articulação entre o trabalho desenvolvido no AEE e as atividades pedagógicas realizadas no ensino comum, favorecendo a construção de estratégias voltadas à eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação dos educandos (BRASIL, 2025; BRAGA; PRADO, 2022).

Quadro 1 – Caracterização dos estudantes e organização dos atendimentos.

Indicadores	**Anos Iniciais**	**Anos Finais**
Estudantes matriculados	14	17
Estudantes frequentes	10	10
Número de grupos	5	6
Faixa etária	9-10 anos	11-15 anos
Escolaridade	4º e 5º ano	6º, 7º e 9º ano
Principais diagnósticos	TEA e Síndrome de Down	TEA e Deficiência Intelectual
Atendimento Semanal	1 SRM + 1 colaborativo	1 SRM + 1 colaborativo
Tempo médio no AEE	desde o 1º ano	3-8 meses
Estudantes com laudo	100%	100%

Fonte: as autoras.

Conforme demonstrado no Quadro 1, embora os dois segmentos apresentassem configuração semelhante quanto à periodicidade dos atendimentos, observaram-se diferenças importantes relacionadas ao número de grupos, à faixa etária, ao tempo de acompanhamento pelo Atendimento Educacional Especializado e às necessidades pedagógicas predominantes, aspectos que influenciaram diretamente o planejamento desenvolvido pelas professoras.

Verificou-se que a estrutura dos grupos atendidos variava de acordo com as características e necessidades dos estudantes. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os grupos apresentavam menor heterogeneidade em relação às demandas pedagógicas e às faixas etárias, enquanto nos anos finais foram identificadas necessidades educacionais mais diversificadas, exigindo atendimentos em grupos reduzidos e, em alguns casos, individualizados. Tal constatação reforça a compreensão de que o planejamento do Atendimento Educacional Especializado deve considerar as especificidades de cada estudante e os diferentes percursos de desenvolvimento e aprendizagem, não se restringindo ao diagnóstico apresentado (CHIARADIA; CARON, 2020).

Outro aspecto identificado refere-se à frequência dos estudantes nos atendimentos. Embora os grupos dos anos iniciais e finais apresentassem número semelhante de estudantes frequentes, foram identificadas ausências recorrentes em ambos os segmentos, situação que, segundo as professoras participantes, interfere diretamente na continuidade das intervenções pedagógicas e no acompanhamento dos objetivos estabelecidos para cada estudante. Esse resultado converge com discussões presentes na literatura recente, que apontam a permanência e a assiduidade dos estudantes como fatores fundamentais para a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (VALE, 2023).

As observações demonstraram diferenças relacionadas ao tempo de permanência dos estudantes no serviço. Enquanto os alunos dos anos iniciais apresentavam trajetória mais longa de acompanhamento pelo Atendimento Educacional Especializado, parte dos educandos dos anos finais havia ingressado recentemente no atendimento. Tal aspecto parece influenciar a definição dos objetivos pedagógicos e das estratégias adotadas pelas professoras, uma vez que estudantes com maior tempo de acompanhamento demonstravam maior familiaridade com a rotina da Sala de Recursos Multifuncionais e com os recursos utilizados durante os atendimentos.

5.2 NECESSIDADES EDUCACIONAIS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Destaca-se também que os estudantes atendidos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental apresentavam diferentes necessidades educacionais, exigindo a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas e alinhadas às especificidades de cada grupo. Embora os diagnósticos observados incluíssem estudantes com Transtorno do Espectro Autista, deficiência intelectual e Síndrome de Down, verificou-se que o planejamento pedagógico desenvolvido pelas professoras não se restringia às categorias diagnósticas, mas considerava as potencialidades, dificuldades e necessidades apresentadas por cada estudante no contexto escolar.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as barreiras identificadas estavam relacionadas ao acompanhamento das atividades desenvolvidas na sala comum, às dificuldades de leitura e interpretação de textos, ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e às interações sociais com colegas e professores. Em razão dessas demandas, as atividades observadas priorizavam o desenvolvimento de conceitos básicos de alfabetização e numeramento, o incentivo à leitura, a ampliação da comunicação e a participação em situações de interação social mediadas pela professora.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, por sua vez, constatou-se maior diversidade nas demandas apresentadas pelos estudantes. As dificuldades predominantes estavam relacionadas à

escrita, ao reconhecimento e utilização de letras e números, à coordenação grafo motora, à oralidade, à autonomia para realização das atividades e às relações interpessoais no ambiente escolar. Em alguns casos, verificou-se que os estudantes ainda apresentavam necessidades relacionadas à consolidação de habilidades acadêmicas básicas, o que exigia das professoras a elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas e compatíveis com seus níveis de desenvolvimento.

Os recursos pedagógicos utilizados durante os atendimentos mostraram-se diversificados e adequados aos objetivos propostos para cada grupo. Foram identificados materiais concretos, jogos pedagógicos, recursos visuais, atividades de leitura e escrita, materiais artísticos, recursos tecnológicos e equipamentos digitais. Nos anos iniciais, destacaram-se atividades de caráter lúdico, com utilização de jogos, brincadeiras, livros infantis e materiais manipuláveis. Já nos anos finais, observou-se maior ênfase em atividades voltadas à leitura, escrita, oralidade, reconhecimento de si e desenvolvimento da autonomia, sem que isso implicasse o abandono de recursos lúdicos e de mediações pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes.

Quadro 2 – Principais recursos pedagógicos utilizados nos atendimentos.

Anos Iniciais	**Anos Finais**
jogos pedagógicos	jogos de memória
alfabeto móvel	jogos de escrita
ábaco	jogos silábicos
livros infantis	atividades de oralidade
materiais manipuláveis	raciocínio lógico
pranchas temáticas	bingo de letras
tablet	tablet
computador	computador

Fonte: as autoras.

No Quadro 2 fica evidente que, embora alguns recursos fossem comuns aos dois segmentos, a seleção dos materiais refletia as diferentes demandas pedagógicas apresentadas pelos estudantes em cada etapa da escolarização.

Esses resultados corroboram a compreensão de que o Atendimento Educacional Especializado não deve ser organizado a partir do diagnóstico dos estudantes, mas das barreiras à aprendizagem e à participação identificadas em cada contexto educacional. Conforme destacam Borges (2020) e Silva (2022), cabe ao professor do AEE identificar as necessidades educacionais específicas dos estudantes

e elaborar recursos, estratégias e formas de acompanhamento que favoreçam sua participação no currículo escolar. Assim, a Sala de Recursos Multifuncionais configura-se como um espaço de desenvolvimento de práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis, capazes de responder à diversidade presente no ambiente escolar.

Também foi evidenciado que os objetivos pedagógicos definidos para os estudantes estavam diretamente relacionados ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais e funcionais, reforçando a concepção de que o Atendimento Educacional Especializado deve contribuir para a ampliação da autonomia, da participação e das oportunidades de aprendizagem. Tal entendimento encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (BRASIL, 2025), que atribui ao AEE a responsabilidade de identificar e eliminar barreiras que dificultam o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

5.3 TRABALHO COLABORATIVO E ARTICULAÇÃO COM A SALA COMUM

As observações realizadas revelaram que o trabalho desenvolvido pelas professoras do Atendimento Educacional Especializado ultrapassa os limites físicos da Sala de Recursos Multifuncionais, estendendo-se às salas de aula comuns por meio de ações colaborativas junto aos docentes do ensino regular. Em ambos os segmentos, verificou-se que as professoras do AEE atuavam na orientação dos professores, no acompanhamento das necessidades educacionais dos estudantes e na construção de estratégias que favorecessem sua participação nas atividades escolares.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as ações colaborativas concentravam-se principalmente no acompanhamento em sala de aula e na orientação das professoras quanto às adaptações necessárias para favorecer o acesso ao currículo e a participação nas atividades propostas. Nos anos finais, observou-se uma atuação voltada à articulação entre os conteúdos curriculares, às necessidades dos estudantes e as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes, buscando ampliar as possibilidades de aprendizagem e permanência desses alunos no contexto escolar.

Os resultados corroboram a compreensão de que o trabalho colaborativo constitui um dos elementos centrais para a efetivação da educação inclusiva. Conforme destacam Haas e Bezerra (2023), a construção de práticas pedagógicas acessíveis depende de processos permanentes de diálogo, planejamento compartilhado e corresponsabilização entre os diferentes profissionais envolvidos na escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nessa perspectiva, o professor do Atendimento Educacional Especializado assume papel estratégico na identificação de barreiras à aprendizagem e na proposição de recursos e estratégias capazes de favorecer a participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas na sala comum.

As observações demonstraram que as professoras do AEE eram frequentemente procuradas para orientar os docentes acerca das necessidades específicas dos estudantes, dos recursos pedagógicos mais adequados e das adaptações necessárias ao desenvolvimento das atividades escolares. Esse resultado aproxima-se das reflexões de Braga e Prado (2022), que atribuem ao professor do Atendimento Educacional Especializado a função de articulador das práticas inclusivas na escola, contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas que considerem as potencialidades e necessidades de cada estudante.

Entretanto, foram identificadas situações em que persistem dúvidas entre os profissionais da escola acerca das atribuições do Atendimento Educacional Especializado e dos limites de atuação do professor especializado. Em alguns momentos, identificou-se a expectativa de que as professoras do AEE assumissem responsabilidades relacionadas exclusivamente à adaptação de atividades ou à resolução de questões comportamentais dos estudantes. Tais situações revelam desafios ainda presentes na consolidação do trabalho colaborativo e indicam a necessidade de espaços permanentes de diálogo, formação e planejamento conjunto entre os profissionais da escola.

Os resultados reforçam a compreensão de que a efetivação das políticas de educação inclusiva depende não apenas da existência de serviços especializados, mas também da construção de relações colaborativas entre professores, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educacional. Como destacam Chiaradia e Caron (2020), a articulação entre esses diferentes atores constitui condição fundamental para a identificação das necessidades dos estudantes e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam sua aprendizagem, participação e desenvolvimento. O Quadro 3 apresenta as principais ações colaborativas observadas e as consequentes ações do professor do AEE.

Quadro 3 – Síntese das ações colaborativas observadas.

Situação	**Ação do professor do AEE**
orientação aos docentes	adequações curriculares
estudantes em processo diagnóstico	acompanhamento em sala comum
alunos faltosos	continuidade do atendimento
planejamento pedagógico	discussão conjunta
orientação às famílias	acompanhamento contínuo
mediação de conflitos	estratégias de participação

Fonte: as autoras.

5.4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

As observações realizadas permitiram identificar tanto potencialidades quanto desafios relacionados ao funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais e à oferta do Atendimento Educacional Especializado na unidade escolar investigada.

De modo geral, verificou-se o comprometimento das professoras com a elaboração de estratégias pedagógicas voltadas às necessidades dos estudantes, bem como a busca constante por recursos que favorecessem sua participação e aprendizagem. Os atendimentos observados demonstraram organização, planejamento e adequação às características dos grupos acompanhados, evidenciando a relevância da Sala de Recursos Multifuncionais como espaço de apoio à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre as potencialidades identificadas, destacam-se a diversidade de recursos pedagógicos utilizados nos atendimentos, a articulação entre as ações desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais e na sala comum e o acompanhamento individualizado das necessidades dos estudantes. Evidenciou-se ainda a preocupação das professoras em promover o desenvolvimento da autonomia, das habilidades acadêmicas, da comunicação e das interações sociais, aspectos amplamente reconhecidos pela literatura como objetivos centrais do Atendimento Educacional Especializado (BORGES, 2020; BRAGA; PRADO, 2022).

Porém, os resultados também indicaram desafios que interferem diretamente na efetividade do atendimento oferecido. Um dos aspectos mais recorrentes refere-se à frequência dos estudantes nos atendimentos especializados. As ausências frequentes registradas em ambos os segmentos dificultavam a continuidade das intervenções pedagógicas e comprometiam o acompanhamento sistemático dos objetivos estabelecidos para cada estudante. Tal situação também foi identificada por Vale (2023) como um dos fatores que podem limitar os resultados do Atendimento Educacional Especializado e a consolidação dos processos inclusivos.

Outro desafio identificado relaciona-se à disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos. Embora a Sala de Recursos Multifuncionais dispusesse de materiais pedagógicos diversificados, as professoras relataram limitações quanto ao acesso a determinados equipamentos e recursos que poderiam ampliar as possibilidades de atendimento e favorecer o desenvolvimento de atividades mais diversificadas. Essa realidade reforça a necessidade de investimentos contínuos na estruturação das Salas de Recursos Multifuncionais, garantindo condições adequadas para a implementação das propostas previstas pelas políticas de educação inclusiva (SILVA, 2022).

Também se destacaram desafios relacionados à compreensão do papel do Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar. As observações revelaram que ainda persistem dúvidas

entre alguns profissionais acerca das atribuições das professoras do AEE, especialmente no que se refere às responsabilidades compartilhadas entre o atendimento especializado e o ensino comum. Em determinadas situações, identificou-se a expectativa de que o professor especializado assumisse funções que extrapolam suas atribuições pedagógicas ou que se responsabiliza isoladamente pelas necessidades dos estudantes da Educação Especial. Essas concepções evidenciam a importância da formação continuada e da construção de espaços institucionais de diálogo que fortaleçam a compreensão do caráter colaborativo da educação inclusiva.

Os resultados permitem concluir que a efetividade do Atendimento Educacional Especializado não depende exclusivamente da existência da Sala de Recursos Multifuncionais, mas da articulação entre recursos, profissionais, políticas institucionais e práticas colaborativas que sustentem a construção de uma escola inclusiva. Os desafios identificados não diminuem a relevância do trabalho realizado pelas professoras participantes, mas apontam aspectos que demandam atenção dos sistemas de ensino e das instituições escolares para o fortalecimento das ações voltadas à inclusão educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo observar, analisar e comparar as práticas desenvolvidas no âmbito do Atendimento Educacional Especializado em uma Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de São Paulo, buscando compreender as características dos atendimentos realizados junto aos estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental.

Conforme demonstrado, embora os atendimentos observados compartilhem os mesmos princípios orientadores da Educação Especial na perspectiva inclusiva, as demandas educacionais dos estudantes e as estratégias pedagógicas adotadas pelas professoras apresentam especificidades relacionadas às diferentes etapas da escolarização. Nos anos iniciais, constatou-se maior ênfase em atividades voltadas ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas básicas, comunicação e interação social, enquanto nos anos finais destacaram-se ações direcionadas à ampliação da autonomia, à consolidação da leitura e escrita e ao fortalecimento das relações interpessoais e da participação escolar.

Os dados também permitiram compreender que o Atendimento Educacional Especializado desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais ultrapassa a oferta de atividades complementares aos estudantes, envolvendo processos de orientação, planejamento e articulação com os professores da sala comum. O trabalho colaborativo mostrou-se elemento fundamental para a construção de

estratégias pedagógicas acessíveis e para a promoção da participação dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas atividades escolares.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou desafios relacionados à frequência dos estudantes nos atendimentos, à disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos e à necessidade de maior compreensão, por parte dos profissionais da escola, acerca das atribuições e possibilidades de atuação do Atendimento Educacional Especializado. Tais aspectos reforçam a importância da formação continuada, do fortalecimento das ações colaborativas e do investimento em condições institucionais que favoreçam a implementação das políticas de educação inclusiva.

Conclui-se que a Sala de Recursos Multifuncionais constitui um importante espaço de apoio à escolarização dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, especialmente quando articulada ao trabalho desenvolvido na sala comum e integrada às demais ações pedagógicas da escola. Mais do que um local de atendimento especializado, a SRM configura-se como um espaço de construção de estratégias, recursos e práticas que contribuem para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, favorecendo a consolidação de contextos educacionais mais inclusivos e comprometidos com o direito à educação de todos os estudantes.

Considera-se que os resultados apresentados podem contribuir para a ampliação das discussões sobre a organização do Atendimento Educacional Especializado e o papel das Salas de Recursos Multifuncionais na promoção da educação inclusiva, indicando a necessidade de novas pesquisas que investiguem diferentes contextos escolares e as múltiplas formas de articulação entre o AEE e o ensino comum. Embora o Atendimento Educacional Especializado mantenha princípios organizacionais comuns entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, as especificidades das demandas pedagógicas em cada etapa exigem formas distintas de planejamento, organização dos grupos e mediação pedagógica.

REFERÊNCIAS

BORGES, C. S. Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva. Curitiba: Appris, 2020.

BRAGA, G. C. O.; PRADO, R. Guia orientador: intervenções pedagógicas e organização do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O que é o atendimento educacional especializado (AEE)? Brasília, DF: INEP, [2026]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento. Acesso em: 22 jun. 2026.

CHIARADIA, A. P. X.; CARON, L. Um olhar sobre a relação escola, família e atendimento educacional especializado. Curitiba: Appris, 2020.

CORREIA, G. B.; BAPTISTA, C. R. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 716-731, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11905.

GOMES, Rosiane Maria Oliveira. O atendimento educacional especializado (AEE) no contexto da educação especial, para a construção e a consolidação de uma escola inclusiva: caminhos e descobertas. Revista Científica FESA, v. 2, n. 19, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.424.

HAAS, Clarissa; BEZERRA, Querubina Aurélio. O trabalho colaborativo como princípio da educação inclusiva: desafios da acessibilidade curricular no ensino remoto em um instituto federal. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 14, n. 1, e41890, 2023. DOI: 10.15448/2179-8435.2023.1.41890.

LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica. Políticas de educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 35, 2022. DOI: 10.5902/1984686X71375.

ROCHA, Valéria Costa; SILVA, Valéria Costa; MOURA, Thaís de Souza; SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira; SILVA, Mônica de Souza. O papel do atendimento educacional especializado (AEE) na efetivação da inclusão escolar. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 1, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-052.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 129, de 30 de setembro de 2025. Dispõe sobre a organização da Política de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Educação, 2025.

SILVA, R. S. AEE para salas de recursos multifuncionais: aspectos legais, pedagógicos e organizacionais. Research, Society and Development, v. 11, n. 4, e51011426594, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.26594.

VALE, L. C. do. A sala de recursos multifuncional nos processos de inclusão escolar: percepções sobre suas (im)possibilidades. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.